



CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO DISTRITO FEDERAL

REALIZADA DE 20/11/07 E 21/11/07

RESPONSÁVEL PELA SISTEMATIZAÇÃO: ADAILTON BARRETO RODRIGUES

Que eventos e espaços públicos de debate foram utilizados como referência?

A Conferência da Educação Básica no Distrito Federal, realizada no Espaço Finatec, Campus da Universidade de Brasília, foi sistematizada em quatro eixos temáticos, resultantes de um reagrupamento dos grupos que compõem a estrutura temática da Conferência Nacional da Educação Básica:

- - **1º dia – matutino:** Os desafios da construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação e o financiamento como base de consolidação do regime de colaboração entre os sistemas.
- - **1º dia – vespertino:** Democratização da gestão, qualidade social da educação e formação e valorização profissional.
- - **2º dia – matutino:** Princípios da Educação Básica.
- - **2º dia – vespertino:** Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

Cada turno foi iniciado por uma palestra ministrada por cerca de uma hora e meia. Em seguida, os participantes se dividiram em dez salas de debate das quais se originaram dez grupos de proposições a serem levadas à Conferência Nacional da Educação Básica.

Os debates foram conduzidos por um mediador, acompanhado de assistente, e as propostas apresentadas foram submetidas aos participantes da respectiva sala. Ao final dos dois dias, foi concluído e ratificado um documento de cada um dos dez grupos.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**



Outro resultante dos dias 20 e 21 de novembro foram às listas de vinte delegados que representarão o Distrito Federal na Conferência Nacional da Educação Básica, respeitada a proporção de representatividade dos segmentos participantes da Conferência local.

No dia vinte e nove do mesmo mês, como desdobramento da Conferência, foi realizada uma plenária para tratar da unificação das propostas de cada sala de debate. Nesse encontro, foi aceita a proposição de que competiria aos delegados indicados para a Conferência Nacional a compilação do material.

No dia seguinte foi realizada uma reunião com os delegados para entrega do material e no dia 10 de dezembro do ano corrente foi aprovado o conjunto de proposta que o Distrito Federal apresentará na Conferência Nacional da Educação Básica.



Eixo Temático e seus desdobramentos

I – Os desafios da construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação e o financiamento como base de consolidação do regime de colaboração entre os sistemas.

- O Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE.
- O Plano Nacional de Educação – PNE na perspectiva dos planos Estaduais e Municipais de Educação.
- Educação para todos ao longo da vida.
- Setor privado na construção de um Sistema Nacional de Educação.
- Função social da escola.
- Gestão e financiamento de políticas educacionais num regime de colaboração.
- Fundeb e o desenvolvimento dos sistemas de ensino.
- Transparência na gestão dos recursos: gestão e compromisso.
- A vinculação dos recursos à manutenção e ao desenvolvimento da educação.



CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO DISTRITO FEDERAL

REALIZADA EM 20/11/2007

RESPONSÁVEL PELA SISTEMATIZAÇÃO: ADAILTON BARRETO RODRIGUES

Eixo I: Os desafios da construção de um Sistema Nacional Articulado de Educação e o financiamento como base de consolidação do regime de colaboração entre os sistemas

Posições Majoritárias

- Maior divulgação do PDE nas escolas;
- Haver uma maior aproximação entre as metas estabelecidas pelo PDE e suas respectivas ações;
- Universalização do Ensino Fundamental de 09 (nove) anos;
- - Ampliar metas e avaliar o PNE fazendo as devidas correções;
- Estabelecer outras metas pois as metas do PNE não são suficientes;
- Que a educação na área rural receba a devida atenção, zelando pela igualdade de oferta de vagas para a Educação Infantil, Ensino Médio e Educação de Jovens e Adultos;
- Tornar a escola mais atraente e competitiva, contribuindo para a melhoria da qualidade da educação;
- Democratização da escola pública através da participação efetiva da sociedade civil;
- Criar mecanismos que possibilitem ao professor acesso pleno à cultura, especialização e formação continuada;
- Que o MEC/FNDE. Permita a participação dos professores na definição dos critérios para a escolha dos livros didáticos;
- Assegurar a agilização na liberação das verbas para educação, estipulando



GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA



prazos para os repasses;

- Incentivar e liberar verbas para programas culturais (cinema, teatro e outros);
- Ampliação da contribuição para a educação de 4% para 7% do PIB;
- Que sejam aumentados os fatores de diferenciação do Fundeb para a creche e a pré-escola, considerando os custos reais do atendimento;
- Tornar transparente o processo de distribuição da verba, principalmente em relação ao Fundo Constitucional do DF;
- Que o órgão responsável realize auditoria nas verbas (FNDE) destinadas ao Programa Brasil Alfabetizado. Realização de prestação de contas mais detalhada do MEC, com mecanismos de fiscalização, com a participação da sociedade;
- Que nos Municípios onde haja déficit de professores para as séries iniciais, sejam realizadas;
- Descentralização de recursos, garantida a responsabilidade do estado como órgão mantenedor e criação de meios legais para que a população se mantenha informada quanto à transparência da gestão;
- Oferta de Capacitação para que os gestores administrem os recursos públicos;
- Fiscalização pelo MEC da aplicação efetiva do percentual de 25% destinado para a educação;
- Proporcionar a discussão sobre o Custo Aluno-Qualidade (CAQ);

Posições Minoritárias

- Tornar a escola pública menos excludente;
- Fiscalização mais intensa sobre a qualidade do ensino por parte do MEC;
- Esclarecer e aprofundar as estratégias do Plano Nacional de Educação – PNE juntamente com profissionais da educação;
- Promover estratégias de discussão sobre aos documentos legais referentes à escola, com o objetivo de conhecer o Plano Nacional de Educação;
- Maior autonomia aos gestores que conhecem a realidade da comunidade na qual a escola está inserida;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**



- Tornar efetivamente obrigatório todos os níveis da educação básica, estipulando prazos para os estados e municípios cumprirem essa norma. Esses prazos devem ser diferenciados e os estados e municípios cujo sistema de ensino esteja melhor estruturado deve cumprir a determinação antes dos outros;
- Promover discussões, envolvendo todos os segmentos, para avaliar os reais objetivos da escola, ressaltando sua importância como referência, bem como a abertura efetiva para utilização da comunidade;
- Realizar mini - conferências nas escolas abordando o tema;
- Que cada setor, órgão e sindicato envolvido nas discussões se responsabilize em relação às propostas apresentadas;
- Gestor escolar, com formação específica, eleito por processo democrático;
- Definir os valores para as verbas estabelecidas pelo PDE, bem como estipular prazos para o seu repasse;
- Criar mecanismos eficientes de definir onde os recursos devem ser aplicados para priorizar a estruturação das escolas;
- Que o indicador preço aluno/qualidade sirva de referência na definição e direcionamento de verbas para a educação;
- Que haja um aprimoramento nos mecanismos de fiscalização externa e social quanto à aplicação e utilização dos recursos financeiros;
- Ampliar os recursos destinados à educação que se mostram insuficientes;
- Que os recursos destinados ao pagamento dos aposentados sejam desvinculados do percentual constitucional para a educação;
- Criação de uma verba específica para construção e desenvolvimento de Projetos Políticos Pedagógicos;
- Destinar recursos voltados a programas de correção de fluxo associado às políticas públicas na área de matemática, língua portuguesa, ciências e outras;
- Dar autonomia às escolas para que estas gerenciem os recursos financeiros de acordo com suas necessidades, mantendo uma fiscalização eficiente;



Eixo Temático e seus desdobramentos.

II – Democratização da gestão, qualidade social da educação e formação e valorização profissional.

- Gestão democrática nos sistemas de ensino e nas escolas.
- Sistema Nacional de Avaliação.
- Formação inicial e continuada de professores e servidores, presencial e a distância.
- Valorização de professores e de servidores: piso salarial e desenvolvimento na carreira.
- Avaliação do professor como instrumento de valorização.



CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO DISTRITO FEDERAL

REALIZADA EM 20/11/2007

RESPONSÁVEL PELA SISTEMATIZAÇÃO: ADAILTON BARRETO RODRIGUES

Eixo II: – Democratização da gestão, qualidade social da educação e formação e valorização profissional.

Posições Majoritárias

- Motivar e incentivar a criação ou reabertura de grêmios estudantis;
- Que a Prova Brasil seja estendida a todas as escolas rurais para que elas também tenham um diagnóstico preciso da sua realidade;
- Implantar a avaliação Institucional na rede pública;
- Ampliar o espaço de qualificação dos profissionais da escola básica através de parcerias estabelecidas com universidades públicas;
- Ampliação na oferta de cursos de formação continuada financiados pelo governo federal;
- Debater o piso nacional dos trabalhadores em educação, valorizando os salários para uma melhor qualidade de vida, promovendo desenvolvimento das carreiras e formação continuada;
- Oferecer melhores condições de trabalho a professores e servidores: Ex: recursos didáticos e de manutenção;
- Equiparar os salários dos professores com as demais carreiras públicas de nível superior;
- Não permitir a terceirização dos trabalhadores da educação;

Posições Minoritárias

- Melhor esclarecimento do que é a gestão democrática citada na Constituição



Federal e sua função dentro do âmbito escolar;

- Consolidar critérios democráticos e transparentes na constituição dos diferentes conselhos e comitês que atuam na área educacional, de modo a garantir o efetivo controle e a participação social tanto no âmbito do sistema quanto das escolas;
- Inversão do planejamento educacional, sendo de baixo para cima, tendo a escola como foco;
- As pautas estabelecidas para o DF têm que ser de acordo com as características peculiares da unidade federativa;
- Participação ativa e interativa de cada envolvido buscando sintonia de objetivos;
- Os Conselhos Escolares devem ser melhor estruturados, com ampla divulgação dos documentos que orientam sua atuação para que sejam fortalecidos e que haja participação efetiva de seus membros;
- Que a participação de membros da comunidade escolar nos conselhos escolares seja possibilitada com ajuda de custo, atentando para o risco de que essa prática não seja mercantilizada;
- Preparação e capacitação de toda a equipe gestora com cursos que enfoquem o conhecimento e compreensão de leis que regem a educação e a administração pública;
- Reflexão e discussão nas escolas a respeito do modelo de sociedade que se quer;
- Criar estratégias para trazer os pais para dentro da escola de modo que não seja somente nos momentos de entrega de notas e boletins;
- Compreender a autonomia da escola como um processo de decisão participativa;
- A Prova Brasil e o ENEM devem servir como instrumentos para avaliar a situação e apoiar mudanças e não como uma finalidade em si mesmo;
- Estabelecer parâmetros utilizados que interferem no resultado da avaliação;
- Construção avaliativa considerando o espaço social e a realidade de vida do



aluno, dando ênfase à qualidade e ao processo;

- Utilização dos dados do IDEB para fins de avaliação qualitativa a serviço das aprendizagens;
- Que haja uma fiscalização mais intensiva nas escolas particulares, visando a sua regularização e suas condições de funcionamento. A sociedade deve ter acesso a informações sobre a situação institucional e o cumprimento das exigências legais para o exercício da sua atividade;
- Que seja feita a mobilização de toda a sociedade para a melhoria da qualidade no ensino brasileiro. Para tanto, é necessário maior participação do Estado, melhor remuneração dos profissionais e motivação do aluno;
- Retorno mais rápido dos resultados das avaliações dos alunos para que fique claro o desenvolvimento deles e que a escola possa saber realmente quem é seu aluno e como ele está em relação aos outros estados e outras escolas. Seria desejável que os resultados da Prova Brasil viessem individualizados (resultado de cada aluno);
- Criar conselhos de avaliação com membros de várias entidades com o objetivo de interpretar os resultados obtidos e formular novas avaliações;
- Expor a função, recursos, métodos, instrumentos utilizados nos sistemas de avaliações;
- Regionalizar a linguagem utilizada nas avaliações;
- Ampliar as variáveis dos instrumentos de avaliação, considerando o fator socioeconômico;
- Utilizar mais instrumento de avaliação para diagnosticar possíveis deficiências;
- Priorizar a avaliação como referência para o desenvolvimento das políticas educacionais e do trabalho da escola;
- Rever as concepções de avaliação, de forma a renovar as relações dos usuários do sistema e todos os atores envolvidos;
- Utilizar os indicadores de avaliação existentes para garantir a melhoria do trabalho escolar, bem como do aperfeiçoamento do senso crítico do aluno;
- Os cursos de licenciatura devem ser revistos, pois não preparam para a



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**



docência;

- Criação de estratégias para incentivar e exigir participação em cursos de formação continuada de qualidade;
- Criação de mecanismos de reintegração do profissional que retorna após período de qualificação ou especialização;
- Desenvolver políticas que possibilitem o aproveitamento de profissionais qualificados da área de educação de forma a contribuírem na formação e aperfeiçoamento de outros profissionais, evitando o sub-aproveitamento de pessoal;
- Estabelecer cursos de formação continuada que abordem temas ligados à afro-descendência;
- Incentivos, inclusive financeiros, para que o professor busque sua formação continuada;
- Pós-graduação de um ensino à distância, semi presencial, dentro das redes de ensino;
- Cumprimento da Lei nº 10.639/2003 quanto à obrigatoriedade no ensino de Libras nos cursos de formação de professores;
- Garantir que todas as escolas tenham coordenador pedagógico indicado pelo corpo docente com funções definidas voltadas para a formação continuada e acompanhamento curricular sem a prerrogativa de substituição de professores;
- Que sejam oferecidos seminários e cursos para os diretores e servidores, visando a prepará-los para dar apoio pedagógico ao professor, pois algumas escolas ainda deixam a desejar na coordenação do trabalho pedagógico em equipe e valorizam mais a dimensão administrativa;
- Que as universidades e faculdades resgatem valores e motivem seus estudantes para atuarem na educação, uma vez que muitos chegam desmotivados e despreparados à sala de aula, como por exemplo, na pedagogia da leitura e escrita;
- Exigência de curso superior para os profissionais da educação;
- Criação de mecanismos de valorização do profissional da educação que vão além dos discursos;
- Os segmentos dos servidores vêm sendo negligenciados e há tendência à terceirização, o que pode levar à extinção da carreira de Assistência em Educação.



Atentar para a privatização de setores e para o fato de que profissionais terceirizados, pela natureza do vínculo, poderão ter menos compromisso com a Educação. A mesma preocupação aplica-se à terceirização de professores;

- Valorizar o servidor da carreira de assistência a educação possibilitando sua participação na gestão da escola;
- Reavaliar a distribuição do número de alunos / docente;
- Antes de avaliar o profissional de educação, redefinir o que é avaliação, o que se devem avaliar, quais critérios se deve levar em consideração no momento da avaliação;
- Promover avaliação dos professores pelos alunos o que pode gerar um maior comprometimento com o trabalho em sala de aula;
- Que a avaliação dos professores ocorra no âmbito da avaliação institucional e sem associação à produtividade, premiação ou punição;
- Promover a avaliação dentro do projeto político pedagógico da escola, construído por meio da gestão democrática, e não uma avaliação individual. Deve haver um processo de construção para que o professor não seja apontado como único responsável pelo fracasso escolar do aluno;
- Os critérios de avaliação devem ser propostos em conjunto com a categoria;
- Desvincular o fator remuneração do desempenho obtido pela avaliação profissional;

Eixo Temático e seus desdobramentos

III – Princípios da Educação Básica.

- Currículo, tempo e espaço.
- Contextualização curricular, a partir da diversidade regional.
- Ampliação do tempo escolar.
- O papel das Tecnologias da Informação e da Comunicação – Tic's na educação e como inclusão digital.
- As tecnologias e os conteúdos midiáticos na Educação Básica.
- Educação Infantil: etapa inicial da Educação Básica.



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**



- Ensino Fundamental de nove anos.
- Ensino Médio integrado à Educação Profissional Técnica de Nível Médio.
- Educação de Jovens e Adultos.



CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

RELATÓRIO DA CONFERÊNCIA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO DISTRITO FEDERAL

REALIZADA EM 21/11/2007

RESPONSÁVEL PELA SISTEMATIZAÇÃO: ADAILTON BARRETO RODRIGUES

Eixo III: Princípios da Educação Básica.

Posições Majoritárias

- Garantir aos estados a autonomia para definição da parte diversificada do currículo;
- Revisão da LDB;
- Construção de estruturas adequadas nas escolas como quadras de esporte, laboratórios, bibliotecas, salas alternativas para implantação do turno integral;
- Necessidade de rever os recursos para implementação de TIC's nas escolas que continuam sem estrutura;
- Inclusão digital;
- Informatização das escolas;
- Manutenção de equipamentos;
- Cursos de formação na área;
- Realizar formação tecnológica contínua para os professores e alunos, utilizando de parcerias com universidades públicas;
- Criação de laboratórios e ampliação do número de computadores;
- Ampliação do atendimento da 'Educação Precoce';
- Ampliar a oferta de vaga na rede pública de ensino para os alunos da Educação Infantil com professores especializados, contratados através de concursos específicos, e espaços físicos adequados;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**



- Assegurar o cumprimento da lei no que tange a garantia de orientadores educacionais nas escolas que oferecem ensino fundamental;
- Garantia da criação e revitalização, bem como a manutenção das bibliotecas escolares devidamente acompanhadas por profissionais qualificados;
- Ampliar o tempo de coordenação pedagógica para 50% para favorecer o aperfeiçoamento e a formação continuada;
- Regulamentar por força de Lei a presença dos profissionais: orientador educacional, psicólogo em todas as etapas da educação básica;
- Criar subsídios para garantir o acesso e permanência dos alunos nas instituições;
- Motivar políticas de valorização da educação de jovens e adultos- EJA garantindo a qualidade e valorização desta modalidade da Educação Básica, através da implantação de estrutura de apoio: merenda escolar, materiais de apoio pedagógico, bibliotecas, centro de informática, quadras de esporte e salas de artes;
- Oferecer a educação de jovens e adultos em todos os turnos de forma presencial e semipresencial;

Posições Minoritárias

- Instrumentar o professor para utilizar o currículo que, do ponto de vista acadêmico é bem avaliado, porém é subutilizado. Essa instrumentalização não deve ser conteudista, mas garantir uma base mínima de conteúdos;
- Criação de espaços para discussão e aprofundamento do currículo por meio de oficinas e fóruns, possibilitando a construção deste à partir das experiências e vivências, com permanente avaliação;
- Valorizar os coordenadores pedagógicos locais, intermediários e centrais;
- Focalizar a educação na aprendizagem;
- Evitar a rotatividade dos docentes, com permanência mínima de 3 anos em uma mesma instituição;
- Desenvolver o currículo por competência, supervisionada pela coordenação



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**



pedagógica;

- Ser livre a movimentação dos docentes entre as escolas para troca de experiências;
- Definir o currículo escolar, partindo do princípio e da função da gestão democrática;
- Dividir o ano letivo por trimestres, com conteúdos elencados e de acordo com as competências pertinentes à série/ ano permitindo a flexibilidade para a adequação à realidade escolar;
- Rever a distribuição dos números de alunos dentro das turmas escolares;
- Que cada escola, ao construir a sua proposta Política Pedagógica, leve em consideração a realidade política-econômica-cultural e social da comunidade e, ou região e, assim trabalhar conteúdos significativos e a contextualização. Contextualizar o currículo escolar levando em consideração a problemática: gênero, etnia e cultura local da comunidade assistida;
- Realizar discussões regionalizadas em cursos e conferências;
- Que as Secretarias de Educação exerçam a fiscalização do Projeto Político Pedagógico por escolas quando ao termo referente ao currículo;
- Propor um currículo construído pela comunidade, respeitando a base nacional comum que preveja uma melhor contextualização dos conhecimentos;
- Apresentar regras e formas da educação em tempo integral priorizando uma escola de qualidade com equipe capacitada que ofereça atividades diversificadas do interesse dos alunos como: música, idiomas, artes cênicas e plásticas;
- Direcionar a ampliação do tempo escolar para o reforço e preparação do aluno para o mercado de trabalho, complementando a educação com a inclusão digital;
- Que se repense a carga horária de algumas disciplinas que é insuficiente; Esclarecimento e construção do projeto junto à comunidade por meio de debate sobre a prática didática, espaço físico e demais fatores que influenciam para a ampliação do tempo físico;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**



- Comprometimento do Estado como mantenedor;
- Ampliar o tempo de permanência do aluno para 8h /dia, sem prejuízo do tempo disponível para a coordenação do professor, tendo em vista a maior contratação de profissionais;
- Reduzir de 5h/dia para 4h/dia de permanência do aluno na escola para uma maior manutenção escolar;
- Construir a equidade de tratamento entre as escolas urbanas e rurais, bem como respeitar a singularidade de ambas;
- Criar em cada unidade escolar o sistema de informação como instrumento pedagógico, garantindo formação aos profissionais de educação, possibilitando a criação de uma política de inclusão digital para escolas, aluno, professores e servidores;
- Modernizar laboratórios científicos (Química, Física e Biologia);
- Tornar a educação infantil uma base, integrando as crianças que estão fora da escola;
- Que se faça uma análise da situação preocupante da educação de crianças de 0 a 3 anos e se crie alternativas para oferta nesta faixa etária. Garantir a clareza do educar e cuidar na educação infantil, com presença de monitores qualificados e com curso na área pedagógica;
- Os recursos do Fundeb destinados às creches e pré-escolas devem considerar os custos reais deste atendimento;
- Definição e implementação de políticas de convênio com instituições de educação infantil pautada em critérios de qualidade e com a participação dos segmentos sociais interessados;
- Efetiva integração das creches e pré-escolas na área da educação, garantindo que as várias políticas e programas para a educação básica incluam a educação infantil;
- Criar parceria das secretarias de educação com as secretarias de saúde para a formação dos monitores das creches;
- Obrigatoriedade da educação básica compreendendo desde a creche até o



ensino médio;

- Garantia de que a articulação entre Educação Infantil e o Ensino Fundamental se dê adequadamente para não anteciparmos o fracasso escolar, através do estabelecimento de normas de transição;
- Criação e manutenção de centros de estudos e formação regionalizados para atendimento ao professor alfabetizador e do 6º ano do ensino fundamental, privilegiando a formação no espaço da escola;
- Garantir nos anos iniciais do ensino fundamental (período de alfabetização) organização escolar em ciclos;
- Adequar o espaço físico e desenvolver a pedagogia de projetos;
- Capacitação de professores para trabalhar com clientela específica de 5º a 8º série;
- Potencializar a atuação de outros profissionais: psicólogos, orientador, etc;
- Buscar um Ensino Médio com mais atrativos, através da redução do número de alunos em sala de aula (35 alunos máximo), implantação de laboratório de química, física, biologia, informática, bibliotecas e quadras esportivas, Reduzir o número de turmas por professor;
- Fortalecimento do vínculo entre o ensino médio e a parceria com escolas profissionais técnicas ampliando de vagas junto as escola de educação profissional (SESI, SENAI) e construção de escolas técnicas para uma maior abrangência de atendimentos, sem prejuízo aos conteúdos previstos;
- Criação de centros de educação profissional em todas as cidades articulado ao ensino médio;
- Dar oportunidade ao aluno do EJA junto ao mercado de trabalho;
- Definir políticas públicas que viabilizam a educação de jovens e adultos em todos os níveis;
- Criar centros de EJA com estrutura adequada a esta modalidade de ensino em longo prazo;
- Criar mecanismo de discussões e fóruns específicos do EJA ao longo do ano;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**



- Tornar a Educação de Jovens e Adultos obrigatória em todos os Estados e não permitir a exclusão do mesmo no sistema de ensino;



Eixo Temático e seus desdobramentos

IV – Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

- Educação para deficientes e para superdotados/altas habilidades.
- Educação ambiental e desenvolvimento sustentável.
- Educação e afrodescendência.
- Educação e diversidade sexual.
- Cultura da paz na escola.



CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Relatório da Conferência da Educação Básica no Distrito Federal

Realizada em 21/11/2007

Responsável pela sistematização: Adailton Barreto Rodrigues

Eixo IV: Inclusão e Diversidade na Educação Básica.

Posições Majoritárias

- Adequação do espaço físico das escolas;
- Formação e capacitação de professores e demais segmentos;
- Garantia de atendimento especializado como professor de apoio, salas de recurso e equipe psicopedagógica para diagnóstico e orientação (pedagogo, psicólogo, fonoaudiólogo, psicoterapeuta, fisioterapeuta e orientador educacional);
- Cumprimento da Lei nº 10.639/2003;
- Garantir o cumprimento da adaptação física (acessibilidade) das escolas para o recebimento desses alunos;
- Capacitação dos profissionais com vistas à educação inclusiva;
- Garantir o cumprimento da adaptação física (acessibilidade) das escolas para o recebimento desses alunos;
- Capacitação dos profissionais com vistas à educação inclusiva;
- Políticas públicas para o ensino de libras para os profissionais servidores;
- Constar no documento de inclusão e diversidade na educação básica as convenções normativas internacionais;
- Garantir a obrigatoriedade do apoio financeiro às políticas de diversidade;
- Regulamentação a coleta seletiva do lixo para a devida reciclagem;
- Oferta de cursos de especialização que abordem temas como: educação das relações étnico-raciais para história e cultura afro-brasileira e africana, educação e diversidade;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**



- Criar mecanismos de resgate da história do povo brasileiro;
- Ampliação na capacitação de profissionais para sua atuação no tema do Africanismo (Lei nº 10639/03);
- Realização de fórum de discussão sobre a educação e afrodescendência;
- Capacitação do profissional de Educação;
- Formulação de políticas públicas voltadas para a família;
- Formulação de políticas públicas para o combate a homofobia;

Posições Minoritárias

- Ampliação do apoio especializado em salas de apoio e de recursos e equipe psicopedagógica. para diagnóstico e orientação (pedagogo, psicólogo e orientador educacional) para o atendimento de alunos com acentuada dificuldade de aprendizagem. Recomenda-se a flexibilização do currículo escolar para atender às especificidades dos ANEE;
- Garantir o atendimento especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais na área educacional e da saúde, por meio da ampliação das equipes de atendimento psicopedagógico e das salas de recursos e estabelecendo parcerias;
- Criar monitoria para auxiliar os professores nas atividades de vida diária no Centro de Ensino Especial;
- Fortalecer a parceria do ensino especial com a secretária de saúde, ação social e secretária do trabalho;
- Implementar políticas públicas para uma melhor aceitação do aluno incluso na escola regular;
- Reduzir o número de aluno por turma quando houver alunos especiais com um limite máximo de 10 alunos regulares por turma;
- Formação dos gestores para o recebimento dos alunos de ensino especial;
- Oferta de EJA diurno para alunos com necessidades especiais;
- Possibilitar discussões mais amplas do ensino especial na estratégia de matrícula;



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**



- Criação de mais turmas de altas habilidades incentivando e orientando o diagnóstico;
- Garantir condições de infra-estrutura para as escolas inclusivas preparando e qualificando adequadamente o professor para o trabalho escolar;
- Deixar claro no texto de inclusão e diversidade, na educação básica, o direito humano para quem tem diferenças, de forma a conceituar bem o que é diversidade;
- Promover a diversidade fundamentada na perspectiva de que todos são iguais perante a lei;
- Definir no texto, a concepção de educação, especialmente nos marcos da educação inclusiva;
- Promover a mudança de visão cultural, conscientização da sociedade através do comprometimento do Estado por meio de desenvolvimento de políticas públicas e subsídios a projetos elaborados pelas escolas;
- Implementação e compreensão efetiva do currículo;
- Momentos de discussão da auto-imagem com o intuito de diminuir o preconceito enaltecendo as diferenças;
- Abordar a diversidade religiosa, bem como mencionar às religiões de matriz africana;
- Valorização da mulher;
- Participação dos professores em cursos direcionados ao tema, auxiliando sua formação e preparação para mudança de postura, em sala de aula, em relação ao trato com as diferenças;
- Implantação de projetos de educação sexual nas escolas;
- Reforçar a educação pública laica para evitar o preconceito de etnias e orientação sexual;
- Garantir orientação sexual;
- Promoção de debates para se repensar como o fazer pedagógico tem reforçado a falta de paz;
- Implementação de políticas públicas contra a violência pelo MEC e



**GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
SUBSECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA**



Secretarias de Educação com mediação de especialistas;

- Subsidiar projetos elaborados pelas escolas quanto à participação da comunidade;
- Implementação e compreensão efetiva do currículo;
- Garantir a liberdade de expressão das atividades religiosas e diversidades culturais;
- Cumprir efetivamente o artigo 33 da lei 9394/96 com acompanhamento e monitoramento nas escolas.



CONFERÊNCIA NACIONAL DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Além dos aspectos abordados neste eixo, a conferência estadual discutiu outro(s)? Indique-o(s).

Título do novo aspecto:

Educação na área rural

Justificativa:

A rede pública de ensino do Distrito Federal, a despeito de não envolver propriamente a educação no campo, possui escolas denominadas rurais com peculiaridades administrativas.

Propostas:

- Respeitar a diversidade na área rural através da definição de políticas públicas específicas;
- Propõe-se que seja feita uma reconfiguração do que é escola rural e escola urbana, o que poderia ser feito paralelamente a uma redefinição da área rural e área urbana (hoje ainda baseada num decreto do Estado Novo) levando-se em conta critérios da OCDE. De acordo com os PCN's (1994), 70,03% das escolas públicas são rurais e atendem a 17,05% da população escolar. Portanto é pertinente uma melhor definição do que é escola rural e que ela seja mais valorizada.
- Resguardar a igualdade de oportunidades aos alunos da área rural em relação aos da área urbana, em todos os níveis e modalidades de ensino.